

➤ **DIVERSOS:**

**10. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E A CONFRARIA DO BOM JESUS DO MONTE PARA A SALVAGUARDA, CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E VALORIZAÇÃO DO CONJUNTO ARQUITETÓNICO E PAISAGÍSTICO DO SANTUÁRIO DO BOM JESUS DO MONTE:**

Submete-se para ratificação o protocolo de colaboração celebrado entre a **Confraria do Bom Jesus do Monte** e o Município de Braga, nos termos das alíneas e), K) e m) do nº 2 do artº 23º e alínea u) do nº 1 do artº 33º da lei nº 75/2013, de 12 de setembro, com a possibilidade prevista no nº3 do artº 35º da referida Lei e artº 164º do CPA, protocolo esse que se anexa.

## **PROPOSTA**

**ASSUNTO: PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E A CONFRARIA DO BOM JESUS DO MONTE PARA A SALVAGUARDA, CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E VALORIZAÇÃO DO CONJUNTO ARQUITETÓNICO E PAISAGÍSTICO DO SANTUÁRIO DO BOM JESUS DO MONTE**

### **CONSIDERANDO QUE:**

1. A cultura é uma das atribuições dos Município, sendo da competência dos órgãos municipais a administração, manutenção e divulgação do património cultural do Município, na prossecução dos princípios e conceitos basilares e gerais no âmbito do património cultural nos termos do artigo 23º, nº 2, alínea e) da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;
2. As atribuições das autarquias, no âmbito dos apoios à promoção cultural, previstas na alínea u) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;
3. Ao abrigo do definido nas Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural, aprovadas pela Lei nº 107/2001, de 8 de setembro, as autarquias locais podem celebrar com detentores particulares de bens culturais acordos para efeito da prossecução de interesses públicos na área do património cultural; bem como, podem estabelecer regimes de comparticipação, de modo a enquadrar as intervenções de conservação, restauro, manutenção e valorização dos bens culturais que se encontrem na respetiva área de jurisdição;
4. Compete ao Município promover e incentivar a difusão e criação de cultura nas suas variadas manifestações, valorizando os espaços e equipamentos disponíveis e atendendo a critérios de qualidade;
5. A concretização de atividades de natureza cultural está indissociavelmente ligada à dinâmica da sociedade civil em geral e das estruturas culturais em particular;
6. A Confraria do Bom Jesus do Monte é proprietária, legítima possuidora e única entidade gestora do Bem Santuário do Bom Jesus do Monte em Braga, composto por 27 hectares onde se destacam o seu escadório, basílica, capelas, jardins, mata etc.;
7. O Santuário do Bom Jesus está inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO, desde 7 de julho de 2019;
8. Da referida inscrição advêm para a Confraria do Bom Jesus do Monte diversas

responsabilidades, entre as quais a de proteger e salvaguardar o património cultural e natural do aludido Santuário;

**CONSIDERANDO, AINDA, QUE:**

9. Entre a Confraria do Bom Jesus do Monte e o Município de Braga existe uma boa relação de cooperação na prossecução dos fins de interesse público de cada uma delas;
10. O Santuário do Bom Jesus é um dos principais ativos turísticos de Braga, um local de muita visibilidade pelo elevado número de turistas e visitantes;
11. O Município de Braga reconhece a importância do conjunto arquitetónico e paisagístico do Santuário do Bom Jesus do Monte para a atratividade turística e como espaço de lazer e recreio de forasteiros e bracarenses;

**CONSIDERANDO, POR FIM, QUE:**


12. O Município de Braga e a Confraria do Bom Jesus do Monte consideram que a cooperação institucional com outras entidades é essencial para o desenvolvimento económico, social e cultural do município e dos seus cidadãos;

**EM FACE DO EXPOSTO, PROPÕE-SE QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE:**

- a) RATIFICAR o Protocolo (em ANEXO), por mim celebrado nos termos do previsto nas alíneas e), k) e m) do n.º 2 do artigo 23.º e da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, de acordo com a possibilidade prevista no nº 3 do artigo 35º da referida Lei e artigo 164º do Código de Procedimento Administrativo.

Braga, 6 de julho de 2022.

O Presidente da Câmara Municipal,



Dr. Ricardo Rio

**DMG – DF -Divisão de Contabilidade informa que:**

*A despesa, no valor de 55.000 €, tem enquadramento orçamental, no ano 2022, na Orgânica 0102, Rúbrica Económica 04050108, Projeto/Ação 2017/9-2, com o número sequencial de compromisso 86451.*

*O compromisso plurianual encontra-se autorizado ao abrigo do n.º 23.º do Regulamento de Execução Orçamental, aprovado pela Assembleia Municipal na sua sessão de 30/12/2021.*

*Data: 06/07/2022*

A Chefe da Divisão de Contabilidade,



## **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO**

### **CONSIDERANDO QUE:**

1. A cultura é uma das atribuições dos Município, sendo da competência dos órgãos municipais a administração, manutenção e divulgação do património cultural do Município, na prossecução dos princípios e conceitos basilares e gerais no âmbito do património cultural nos termos do artigo 23º, nº 2, alínea e) da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;
2. As atribuições das autarquias, no âmbito dos apoios à promoção cultural, previstas na alínea u) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;
3. Ao abrigo do definido nas Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural, aprovadas pela Lei nº 107/2001, de 8 de setembro, as autarquias locais podem celebrar com detentores particulares de bens culturais acordos para efeito da prossecução de interesses públicos na área do património cultural; bem como, podem estabelecer regimes de comparticipação, de modo a enquadrar as intervenções de conservação, restauro, manutenção e valorização dos bens culturais que se encontrem na respetiva área de jurisdição;
4. Compete ao Município promover e incentivar a difusão e criação de cultura nas suas variadas manifestações, valorizando os espaços e equipamentos disponíveis e atendendo a critérios de qualidade;
5. A concretização de atividades de natureza cultural está indissociavelmente ligada à dinâmica da sociedade civil em geral e das estruturas culturais em particular;
6. A Confraria do Bom Jesus do Monte é proprietária, legítima possuidora e única entidade gestora do Bem Santuário do Bom Jesus do Monte em Braga, composto por 27 hectares onde se destacam o seu escadório, basílica, capelas, jardins, mata etc.;
7. O Santuário do Bom Jesus está inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO, desde 7 de julho de 2019;
8. Da referida inscrição advêm para a Confraria do Bom Jesus do Monte diversas responsabilidades, entre as quais a de proteger e salvaguardar o património cultural e natural do aludido Santuário;

### **CONSIDERANDO, AINDA, QUE:**

9. Entre a Confraria do Bom Jesus do Monte e o Município de Braga existe uma boa relação de cooperação na prossecução dos fins de interesse público de cada uma

delas;

10. O Santuário do Bom Jesus é um dos principais ativos turísticos de Braga, um local de muita visibilidade pelo elevado número de turistas e visitantes;
11. O Município de Braga reconhece a importância do conjunto arquitetónico e paisagístico do Santuário do Bom Jesus do Monte para a atratividade turística e como espaço de lazer e recreio de forasteiros e bracarenses;

**CONSIDERANDO, POR FIM, QUE:**

12. O Município de Braga e a Confraria do Bom Jesus do Monte consideram que a cooperação institucional com outras entidades é essencial para o desenvolvimento económico, social e cultural do município e dos seus cidadãos;

Assim, entre:

**PRIMEIRO OUTORGANTE: CONFRARIA DO BOM JESUS do MONTE**, com sede no Bom Jesus, 4715-261 Braga, instituição de utilidade pública, com o NIPC 501132430, representada pelo Cônego Doutor Mário Martins Chaves Rodrigues, na qualidade de Presidente, e pelo Dr. Varico da Costa Pereira, na qualidade de Vice-Presidente, adiante designada por **Confraria**; e,

**SEGUNDO OUTORGANTE: MUNICÍPIO DE BRAGA**, com sede na Praça Municipal, em Braga, pessoa coletiva de direito público n.º 506901173, neste ato devida e legalmente representado pelo seu Presidente, Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, com poderes para o ato, adiante designado por **MB**.

É celebrado, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, o presente Protocolo, que se rege pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula Primeira**

**Objeto**

1. Tendo por base os considerandos supra e atenta a importância cultural, natural, social, turística e religiosa do Santuário do Bom Jesus do Monte, o MB compromete-se a apoiar a Confraria, face aos requisitos impostos pela Unesco, quanto à salvaguarda, conservação, manutenção e valorização do conjunto arquitetónico e paisagístico do Santuário do Bom Jesus do Monte.
2. As partes decidem ainda promover, em conjunto, atividades de promoção e divulgação, visando o aumento da notoriedade nacional e internacional da cidade



de Braga e do Santuário do Bom Jesus do Monte.

## **Cláusula Segunda**

### **Obrigações dos Outorgantes**

1. A **Confraria**, enquanto proprietária e gestora do Bem Património Mundial da UNESCO, compromete-se a:
  - a. Zelar pela promoção continuada e concertada do Santuário do Bom Jesus em conjunto com a promoção turística do Município de Braga;
  - b. Integrar a Câmara Municipal de Braga no Conselho Geral do Santuário do Bom Jesus do Monte em Braga, Património da Humanidade;
  - c. Auscultar e concertar soluções com a Câmara Municipal de Braga, nomeadamente em aspetos relacionados com a pressão urbanística e o combate aos incêndios na Zona de Proteção Especial do Bem;
  - d. Disponibilizar conhecimento científico e técnico, mediante o saber congregado na Confraria do Bom Jesus do Monte e na justa medida dos seus recursos, ao serviço de ações de preservação do património cultural e natural e desenvolvimento de experiências turístico-culturais a empreender pela Câmara Municipal de Braga;
  - e. Promover iniciativas conjuntas no âmbito do Património Mundial e de Braga cidade criativa da UNESCO;
  - f. Apoiar a divulgação e comunicação conjunta de iniciativas de interesse turístico e cultural promovidas pela Câmara Municipal de Braga, através dos instrumentos próprios de divulgação, e na medida da adequabilidade e dos recursos disponíveis;
  - g. Disponibilizar à Câmara Municipal de Braga um espaço, com vista à exibição de material de promoção turística do Município de Braga;
  - h. Disponibilizar espaços no Santuário do Bom Jesus para realização de iniciativas da Câmara Municipal de Braga, na medida da adequabilidade e dos recursos disponíveis;
  - i. Apoiar a candidatura de Braga a Capital Europeia da Cultura 2027 e desenvolver ações culturais conjuntas;
  - j. Integrar a Câmara Municipal de Braga na execução de ações previstas no plano de atividades anual da Confraria do Bom Jesus;
  - k. Auscultar e concertar soluções com a Câmara Municipal de Braga para definição adequada da sinalética externa e interna do Santuário do Bom Jesus, desde a conceção e implementação de suportes contextualizados de apoio à identificação e interpretação de um Bem Património Mundial da UNESCO;
  - l. Apoiar eventos de promoção turística do Município de Braga, desde ações de sensibilização, viagens de familiarização com operadores turísticos, viagem para

imprensa com jornalistas, programa de animação turística no Postos de Turismo, Feiras de Turismo e programas de visitas orientadas para turistas nacionais e estrangeiros.

2. O **Município de Braga**, compromete-se a:

- a. Integrar o Conselho Geral do Santuário do Bom Jesus do Monte em Braga, Património da Humanidade;
- b. Prestar apoio ao nível técnico da pressão urbanística e do combate aos incêndios na Zona de Proteção Especial do Bem;
- c. Criar uma “via verde”, nos serviços municipais, para os projetos de intervenção no Santuário do Bom Jesus que obriguem a parecer por parte das entidades competentes;
- d. Apoiar a divulgação e comunicação das ações culturais e turísticas da Confraria do Bom Jesus do Monte, através dos instrumentos próprios de divulgação, e na medida da adequabilidade e recursos disponíveis;
- e. Desenvolver, em conjunto com a Confraria do Bom Jesus, ações de promoção e salvaguarda do património cultural e natural do Bem Património Mundial Santuário do Bom Jesus do Monte;
- f. Em particular, no âmbito das obrigações junto da UNESCO, prestar apoio e aconselhamento estratégico, para a elaboração dos “Relatórios do Estado de Conservação” e “Relatórios Periódicos”;

**Cláusula Terceira**

**Comparticipação Financeira**

1. A título de apoio financeiro a prestar pelo MB à Confraria, para concretização do objeto do presente protocolo, será atribuído o montante de € 25.000,00 (vinte e cinco mil euros), por ano civil.
2. O pagamento da participação financeira será efetuado do seguinte modo:
  - a. Primeira prestação, no valor de € 20.000,00 (vinte mil euros), a liquidar no primeiro semestre do ano civil.
  - b. Segunda prestação, no valor de € 5.000,00 (cinco mil euros), a liquidar no mês seguinte ao da apresentação pela Confraria do relatório de execução dos valores protocolados.
  - c. No ano de assinatura do presente protocolo, a prestação identificada na alínea a) será liquidada no mês seguinte ao da assinatura.
3. O encargo resultante do presente Protocolo está previsto no Plano de Atividades em vigor, na ação com o código 2017/9-2 Apoios de âmbito geral – transferências correntes, e será satisfeito pelo MB através da dotação orçamental seguinte:



classificação orgânica: 0102 classificação económica: 04050108, com o número sequencial de compromisso 86451, datado de 6/07/2022 e encontra-se cabimentado na rubrica 0102 04050108.

4. O encargo assumido pelo MB ficará condicionado à existência de fundos disponíveis no âmbito do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, regulamentada pelo Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, não havendo lugar a qualquer indemnização decorrente da respetiva indisponibilidade.

#### **Cláusula Quarta**

##### **Comparticipação Financeira extraordinária**

1. A título excecional, no presente ano de 2022, tendo em conta as exigências técnicas do "Relatório do Estado de Conservação", a entregar em dezembro de 2023, e do "Relatório Periódico", a entregar em setembro de 2023, acresce um apoio de 30.000,00€ (trinta mil euros).
2. O valor mencionado no número anterior, será liquidado no mês seguinte ao da apresentação pela Confraria do relatório de execução.

#### **Cláusula Quinta**

##### **Monitorização e Acompanhamento**

O presente Protocolo será monitorizado por uma Comissão de Acompanhamento que integrará dois elementos a indicar por cada uma das partes, a quem competirá acompanhar o desenvolvimento do Protocolo.

Confraria: Varico da Costa Pereira

Município de Braga: Ana Paula Cunha Ferreira Portela

#### **Cláusula Sexta**

##### **Vigência**

1. Este Protocolo tem início na data da sua assinatura e vigorará pelo período de um ano, sucessivamente renovado até ser denunciado por qualquer das partes com a antecedência de 180 dias.
2. O apoio do MB dependerá da avaliação da execução do precedente, devendo ser entregue, até ao final do mês de novembro de cada ano, relatório referente às ações desenvolvidas, com demonstração da aplicação do(s) apoio(s) recebido(s).

### **Cláusula Sétima**

#### **Incumprimento e resolução**

1. O incumprimento das obrigações estipuladas no presente protocolo, bem como do previsto na lei e regulamentos municipais, concede ao MB o direito de resolver o presente protocolo, sem que a Confraria tenha direito a receber qualquer tipo de indemnização.
2. A resolução do presente protocolo, nos termos do número anterior, determina a obrigatoriedade da Confraria proceder à devolução imediata dos montantes recebidos.
3. A resolução deste protocolo deverá ser efetuada por escrito e comunicada à contraparte.

### **Cláusula Oitava**

#### **Comunicações**

Todas as comunicações relativas ao presente Protocolo serão dirigidas para as moradas referidas na identificação das Partes.

### **Cláusula Nona**

#### **Alterações e aditamentos**

Todos os aditamentos e alterações ao presente protocolo só serão válidos se reduzidos a escrito, com menção expressa das cláusulas revogadas, alteradas ou aditadas e desde que, expressamente, aprovadas por ambas as partes.

### **Cláusula Décima**

#### **Foro**

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o juízo de contratos públicos do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

### **Cláusula Décima Primeira**

#### **Natureza do protocolo**

As partes reconhecem a natureza administrativa do presente Protocolo nos termos dos artigos 200.º do Código do Procedimento Administrativo.

### **Cláusula Décima Segunda**

#### **Publicitação**

Os apoios constantes do presente Protocolo serão objeto de publicitação e reporte nos termos e de acordo com o disposto na Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto.

**São anexos os seguintes documentos, válidos à data do contrato:**

- a)** Provisão, válida até 22 de fevereiro de 2025;
- b)** Declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta a 5 de julho de 2022, com a validade de 4 meses, comprovativa da situação contributiva regularizada perante a Segurança Social;
- c)** Certidão emitida pela Autoridade Tributária e Aduaneira, em 5 de julho de 2022, com a validade de 3 meses, comprovativa da situação tributária regularizada;
- d)** Declaração emitida pelo Município, comprovativa da situação regularizada perante o mesmo.

E para constar se lavrou o presente contrato, em dois exemplares, que vão ser assinados por ambos os outorgantes.

Braga, 7 de julho de 2022

**Pelo Primeiro Outorgante,**

**Pelo Segundo Outorgante,**